

**A ONU E A PROTEÇÃO DE
DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL**

ERNESTO GOMES ESTEVES NETO

Bacharel e Mestre em Direito Internacional pela Faculdade de
Direito da Universidade de São Paulo

Secretário Geral do Núcleo de Estudos em Tribunais Internacionais da Faculdade de
Direito da Universidade de São Paulo

Coordenador da Secretaria dos Negócios Jurídicos do Município de Araraquara
Advogado

A ONU E A PROTEÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL



Belo Horizonte

2017

CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Ricardo de Souza Cruz	Jorge Bacelar Gouveia - Portugal
André Cordeiro Leal	Jorge M. Lasmar
André Lipp Pinto Basto Lupi	Jose Antonio Moreno Molina - Espanha
Antônio Márcio da Cunha Guimarães	José Luiz Quadros de Magalhães
Bernardo G. B. Nogueira	Kiwonghi Bizawu
Carlos Augusto Canedo G. da Silva	Leandro Eustáquio de Matos Monteiro
Carlos Bruno Ferreira da Silva	Luciano Stoller de Faria
Carlos Henrique Soares	Luiz Henrique Sormani Barbugiani
Claudia Rosane Roesler	Luiz Manoel Gomes Júnior
Clémerson Merlin Clève	Luiz Moreira
David França Ribeiro de Carvalho	Márcio Luís de Oliveira
Dhenis Cruz Madeira	Maria de Fátima Freire Sá
Dirceô Torrecillas Ramos	Mário Lúcio Quintão Soares
Emerson Garcia	Martonio Mont'Alverne Barreto Lima
Felipe Chiarello de Souza Pinto	Nelson Rosenvald
Florisbal de Souza Del'Olmo	Renato Caram
Frederico Barbosa Gomes	Roberto Correia da Silva Gomes Caldas
Gilberto Bercovici	Rodolfo Viana Pereira
Gregório Assagra de Almeida	Rodrigo Almeida Magalhães
Gustavo Corgosinho	Rogério Filippetto de Oliveira
Gustavo Silveira Siqueira	Rubens Beçak
Jamile Bergamaschine Mata Diz	Vladimir Oliveira da Silveira
Janaína Rigo Santin	Wagner Menezes
Jean Carlos Fernandes	William Eduardo Freire

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos reprográficos, sem autorização expressa da editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

Arraes Editores Ltda., 2017.

Coordenação Editorial: Fabiana Carvalho

Produção Editorial e Capa: Danilo Jorge da Silva

Imagem de Capa: Anemone123 (Pixabay.com)

Revisão: Responsabilidade do Autor

341.113 Esteves Neto, Ernesto Gomes
E88o A ONU e a proteção de direitos sociais no Brasil / Ernesto
2017 Gomes Esteves Neto. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2017.
170 p.

ISBN: 978-85-8238-377-3
ISBN: 978-85-8238-378-0 (E-book)

1. Direito internacional. 2. Organizações internacionais. 3. Acordos internacionais. 4. Tratados internacionais. 5. Direitos sociais – Brasil. 6. Direitos humanos. I. Título.

CDD(23.ed.)–341.23
CDDir – 341.113

Elaborada por: Fátima Falci
CRB/6-700

MATRIZ
Av. Nossa Senhora do Carmo, 1650/loja 29 - Bairro Sion
Belo Horizonte/MG - CEP 30330-000
Tel: (31) 3031-2330

FILIAL
Rua Senador Feijó, 154/cj 64 - Bairro Sé
São Paulo/SP - CEP 01006-000
Tel: (11) 3105-6370

www.arraeseditores.com.br
arraes@arraeseditores.com.br

Belo Horizonte
2017

Para minha madrinha Ângela, que me apresentou as Arcadas
e me ensinou as trovas da velha e sempre nova academia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais – Ernesto e Graça – por todo amor e apoio no caminho que trilhei até aqui. Também aproveito o ensejo para agradecer à minha irmã Érica, pelo carinho e pela compreensão de um irmão distante.

Agradeço, também, aos meus padrinhos – Jurandir e Ângela – pelo apoio de uma vida toda, por me acolherem e terem sido minha família em São Paulo. Também, não poderia deixar de reconhecer o carinho das minhas avós, Cida e Mercedes, pelas orações.

Agradeço à minha namorada, Gabriela Sarti, pelo apoio, pela compreensão e pela paciência, na certeza de que o tempo me dará a oportunidade de lhe devolver todos os momentos de convivência subtraídos durante o desenvolvimento da dissertação de mestrado que deu origem a este livro.

Deixo aqui também minha gratidão a todos os meus amigos e amigas, de estudo e de trabalho, pelos conselhos, com uma menção especial aos amigos que fiz nas Arcadas, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, na Presidência da República e na Prefeitura do Município de Araraquara.

Faço menção especial às contribuições e sugestões que recebi dos Professores André de Carvalho Ramos e Flávia Cristina Piovesan, por ocasião defesa de minha dissertação de mestrado.

Aproveito o ensejo para fazer, também, um agradecimento especial aos membros do Núcleo de Estudos em Tribunais Internacionais (NETI-USP), pela companhia nas pesquisas e nas árduas manhãs de sábado. Levarei comigo todo o aprendizado e toda a minha admiração por esse grupo, do qual tive a honra de estar à frente no biênio 2014-2015.

Como não poderia deixar de ser, agradeço a um dos meus mentores intelectuais, Osvaldo Capelari Júnior, brilhante Procurador Regional da República

que, além de se tornar um amigo, ensinou-me Direito e Filosofia, mostrando que, na vida e no Direito, nem sempre aquilo que é necessário é suficiente.

Registro, também, a contribuição de algumas amigas e amigos que muito me auxiliaram nos debates que desenvolvi no presente estudo. Meus sinceros agradecimentos à antropóloga e pesquisadora Adriana Abreu Magalhães Dias – que me sensibilizou com a luta pelos direitos das pessoas com doenças raras e com deficiência, tornando-se uma referência intelectual e de militância dos Direitos Humanos. Igualmente, meu muito obrigado à Promotora de Justiça, membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco, Yélena Araújo, referência na proteção dos Direitos da Pessoa Idosa. Também menciono o advogado e Professor Marcelo Coimbra, que tem me ensinado que o pensamento social não é simplesmente uma opção política, mas sim uma metodologia para a compreensão das necessidades da vida em sociedade. Igualmente, agradeço ao Desembargador Alfredo Attié Júnior, colega nas pesquisas, nos cafés e nas reflexões sempre críticas. Igualmente, minha gratidão à professora Ivette Esis Villarroel, pelas sugestões feitas para a abordagem do tema.

Faço também meus votos de agradecimento à Arraes Editores, pela oportunidade de concretizar este livro.

Por fim, mas não por último, minha eterna gratidão ao meu orientador Wagner Menezes, pela amizade e pela receptividade. Hoje sei que fez toda a diferença do mundo ter sido efetivamente orientado por ele. Obrigado por ter me ensinado sobre a necessidade de ser idealista, mesmo quando as ideias não bastam em si mesmas.

*“O meu caminho é pelo infinito fora até chegar ao fim!
Se sou capaz de chegar ao fim ou não, não é contigo,
É comigo, com Deus, com o sentido.”*

**(Saudação a Walt Whitman,
Álvaro de Campos)**

LISTA DE SIGLAS

ACNUR	Alto Comissionado das Nações Unidas para Refugiados
CDH	Conselho de Direitos Humanos
CEA	Comissão Econômica para a África
CEE	Comissão Econômica para Europa
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CESAP	Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífica
CPJI	Corte Permanente de Justiça Internacional
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PMA	Programa Mundial de Alimentos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
UM-HABITAT	Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos
UNDP	<i>United Nations Development Programme</i>
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

PREFÁCIO	XIV
APRESENTAÇÃO	XVII
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	
A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E OS DIREITOS HUMANOS	5
1.1. AFIRMAÇÃO HISTÓRICA DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS.....	5
1.1.1. Dos acordos de paz de 1648 até o fim das guerras napoleônicas ..	7
1.1.2. Congresso de Viena e sua relação com o surgimento das Organizações Internacionais.....	8
1.1.3. O advento da Primeira Guerra Mundial e a consciência da necessidade de se organizar	12
1.1.4. A Liga das Nações e o período entre guerras.....	13
1.1.5. O surgimento da Organização das Nações Unidas.....	14
1.1.6. As Organizações Internacionais e a sua relação com os Direitos Humanos.....	15
1.2. DIREITOS HUMANOS: CONCEITO E CLASSIFICAÇÕES.....	15
1.2.1. Direitos humanos e sua conceituação.....	16
1.2.1.1. Direitos humanos e direitos naturais.....	17
1.2.1.2. Direitos humanos e direitos fundamentais.....	18
1.2.1.3. Direitos humanos e direitos públicos subjetivos	20
1.2.1.4. Conceito proposto de direitos humanos.....	20
1.2.2. Direitos Humanos e sua classificação	21
1.2.2.1. Direitos Humanos de primeira geração.....	22
1.2.2.2. Direitos Humanos de segunda geração.....	23
1.2.2.3. Direitos Humanos de terceira geração.....	24
1.2.2.4. A crítica sobre a abordagem geracional dos Direitos Humanos	25

1.3. O PAPEL DA ONU NA AFIRMAÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS.....	26
1.3.1. Os Direitos Humanos na Carta da Organização das Nações Unidas...	29
1.3.2. Os Direitos Humanos na Declaração Universal dos Direitos Humanos.....	32
1.3.3. Os Direitos Humanos nos Pactos de Direitos Cíveis e Políticos e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.....	35
1.3.3.1. Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos.....	36
1.3.3.2. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.....	38

CAPÍTULO 2

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E A ABERTURA DO ESTADO BRASILEIRO AO DIREITO INTERNACIONAL	42
2.1. A COOPERAÇÃO DOS ESTADOS-MEMBROS A PARTIR DOS PROPÓSITOS DAS NAÇÕES UNIDAS	42
2.1.1. A solidariedade como elemento diferenciador da Organização das Nações Unidas.....	47
2.2. ABERTURA CONSTITUCIONAL DOS ESTADOS ENQUANTO ELEMENTO CARACTERIZADOR DA PLURALIZAÇÃO DA ORDEM JURÍDICA.....	50
2.3. TENDÊNCIAS DO CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO..	54
2.3.1. Relação entre constitucionalismo e neoconstitucionalismo.....	54
2.3.2. Neoconstitucionalismo: origem histórica e principais características..	56
2.3.3. O recurso à moral universal como característica do constitucionalismo democrático contemporâneo	59
2.3.4. Entre a centralidade dos Direitos Humanos no constitucionalismo democrático e o universalismo do Direito Internacional	61
2.4. A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 E A SUA ABERTURA AO DIREITO INTERNACIONAL.....	62
2.4.1. Constituição e relações exteriores	63
2.4.2. Utilização dos termos “internacionalização do Direito Constitucional” e “Direito Constitucional Internacional”	64
2.4.3. A Constituição Federal brasileira de 1988 e a sua abertura	66
2.4.3.1. A Constituição Federal brasileira de 1988 como ponto de partida para os direitos humanos no âmbito interno do Estado brasileiro..	72
2.4.4. A relação entre o Direito Internacional e o Direito Interno no contexto da abertura da Constituição Federal	74

CAPÍTULO 3

A PROTEÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL A PARTIR DA INFLUÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS.....	76
---	----

3.1. A RELAÇÃO ENTRE O DIREITO INTERNACIONAL E O DIREITO INTERNO	76
3.1.1. A superação de dicotomias a partir de uma compreensão transnacional do Direito	81
3.2. PERSPECTIVAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O DIREITO INTERNACIONAL E O DIREITO INTERNO EM MEIO ÀS TRANSFORMAÇÕES PRESENCIADAS NO DIREITO INTERNACIONAL	83
3.2.1. Discussões sobre a relação entre o Direito Internacional e o Direito Interno a partir do reconhecimento de novos sujeitos de Direito Internacional	84
3.2.1.1. As organizações internacionais.....	85
3.2.1.2. O indivíduo	86
3.2.2. Discussões sobre a relação entre o Direito Internacional e o Direito Interno a partir da apreciação das fontes do Direito Internacional	87
3.2.2.1. A soft law e o surgimento de um novo padrão normativo	89
3.2.3. Perspectivas a partir da relação entre o global e o local	91
3.2.4. A transnormatividade enquanto ferramenta do globalismo jurídico ..	93
3.3. A INFLUÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NA PROTEÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL: ENTRE A TRANSNORMATIVIDADE E O AVANÇO NO DIREITO DOS TRATADOS	94
3.3.1. A proteção dos Direitos Sociais a partir dos tratados.....	95
3.3.2. A proteção dos Direitos Sociais a partir da soft law	97
3.4. AVANÇOS RECENTES NA PROTEÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL.....	98
3.4.1. A Organização das Nações Unidas e a proteção dos direitos da criança no Brasil.....	98
3.4.1.1. A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e a sua incorporação.....	99
3.4.1.2. A influência Organização das Nações Unidas sobre a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no Brasil	100
3.4.2. A Organização das Nações Unidas (ONU) e a Proteção dos Direitos da Pessoa Idosa no Brasil.....	101
3.4.2.1. As Nações Unidas e os Direitos da Pessoa Idosa	102
3.4.2.2. A influência da Organização das Nações Unidas sobre a proteção dos direitos da pessoa idosa no Brasil	104
3.4.2.2.1. A influência da Organização das Nações Unidas sobre a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei Federal nº 8.742/1993).....	104
3.4.2.2.2. A influência da Organização das Nações Unidas sobre a Lei da Política Nacional do Idoso (Lei Federal nº 8.842/1994).....	106
3.4.2.2.3. A influência da Organização das Nações Unidas sobre o Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10.741/2003)	106

3.4.3. A Organização das Nações Unidas e a proteção da pessoa com deficiência.....	108
3.4.3.1. A Convenção das Nações Unidas sobre o direito das pessoas com deficiência e a sua incorporação	109
3.4.3.1.1 O direito das pessoas com deficiência e a hierarquia dos tratados no ordenamento jurídico brasileiro.....	110
3.4.3.1.1.1 A hierarquia dos tratados no ordenamento jurídico brasileiro	111
3.4.3.1.1.2 A relevância do direito das pessoas com deficiência no âmbito das discussões a respeito da hierarquia de tratados no ordenamento jurídico brasileiro	115
3.4.3.2 A influência Organização das Nações Unidas sobre a aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão).....	116
CONCLUSÃO.....	118
REFERÊNCIAS	121
ANEXO	132

PREFÁCIO

Prefaciando a obra “**A ONU e a proteção dos Direitos Sociais no Brasil**”, de autoria de **ERNESTO GOMES ESTEVES NETO**, me traz sentimento de grande felicidade e satisfação por poder referendar resultado de árduo e profundo estudo cuja publicação é absolutamente relevante para fomentar e abrilhantar a pesquisa, a discussão e a reflexão de toda comunidade acadêmica e da sociedade em geral sobre tema sensível, mas pouco percebido no campo do diálogo entre o Direito Internacional e o Direito nacional.

Registro que o presente trabalho, que conheço com profundidade, tem densidade intelectual é resultado de um curso de pós-graduação desenvolvido com galhardia pelo autor que percorreu todas as etapas e requisitos de curso realizado com louvor, como foi ao final reconhecido pela Banca altamente qualificada formada por mim e pelos professores **André de Carvalho Ramos** e **Flavia Piovesan**.

Entre as atividades que fizeram do autor uma referência no curso de pós-graduação da USP, podem ser lembrados os seminários críticos a partir da sua reflexão intelectual diferenciada; a produção de artigos e textos provocativos; a liderança acadêmica à frente de grupos de pesquisa e coordenação de seminários acadêmicos; o desenvolvimento de monitorias e assistências em aula, tendo absoluta aceitação e respeitabilidade dos alunos de graduação, pós-graduação e professores da tradicional Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.

Particularmente, para minha felicidade, rememoro que conheci o autor, na condição de seu professor no curso de graduação, dando os primeiros passos no mundo do direito, tendo acompanhando sua evolução, crescimento e maturidade acadêmica, caracterizados principalmente pelo caráter, honestidade, inteligência e dignidade. Mais tarde, sob minha orientação, no curso de Mestrado da USP, desenvolvemos convivência agradabilíssima e a cumplicidade que me trouxe definitivamente um amigo para a vida, que eu admiro muito.

No que tange à obra, sem dúvida é fruto de pesquisa de vanguarda, sedimentada na análise da relação entre o Direito Internacional e o Direito Interno e que tem como recorte temático a proteção de Direitos Sociais no Brasil a partir da influência da Organização das Nações Unidas (ONU). Centrando a

pesquisa no texto constitucional, o autor busca demonstrar a mudança do discurso adotado a partir da adoção da Constituição Federal de 1988, analisando o caráter transnormativo das normas de proteção de Direitos Sociais, que são em sua essência normas de Direito Internacional com roupagem de Direito Interno.

Investigando se a proteção dos Direitos Sociais no plano doméstico encontra motivação e causalidade no plano internacional e, mais especificamente, como a ONU exerce influência sob a proteção de Direitos Sociais no Brasil e de que forma a organização determina o conteúdo desses Direitos no país, o autor constrói trabalho inédito. Para tanto, adota um estudo histórico-dedutivo do papel da organização em matéria de Direitos Humanos e analisa meticulosamente a legislação interna e documentos internacionais no ímpeto de encontrar elementos que demonstrem a influência da ONU no Direito Interno brasileiro.

A obra busca em sua essência congregar o processo de globalização, a proteção internacional dos Direitos Humanos e a atuação da ONU, de forma a encontrar um elo comum que demonstra a contribuição dos três fatores para a alteração das perspectivas de produção de normas jurídicas no campo do Direito Interno. Busca-se, portanto, demonstrar como a união dos três fatores e as inovações trazidas pela Constituição Federal de 1988 repercutiram, e continuam a repercutir, na determinação do conteúdo dos Direitos Sociais no Estado brasileiro.

A preocupação do autor quanto à utilização de vasto material bibliográfico é latente, tendo como consequência a produção de um texto bem redigido, cuja leitura flui com facilidade. Essa perspicácia do autor conduz o leitor à compreensão do tema, entendendo, portanto, se existe de fato uma relação entre a proteção de Direitos Sociais garantida no nível internacional e no nível interno; se é possível sustentar a separação da proteção internacional da proteção interna dos Direitos Humanos; compreender se a globalização exerce papel determinante nesse processo de produção normativa; e se é possível afirmar que a proteção dos Direitos sociais no Direito Interno encontra causa e motivo no âmbito internacional.

A obra é harmoniosamente estruturada em três capítulos. No primeiro Capítulo, o autor contextualiza o debate sobre Direitos humanos. Nesse sentido, apresenta os conceitos pertinentes e faz uma análise histórica que remonta ao Iluminismo, buscando desvendar as raízes filosóficas do tema. É neste capítulo que o autor busca elucidar a importância dos Direitos Humanos para a criação das Organizações Internacionais.

O segundo Capítulo se mostra essencial para a compreensão efetiva do tema. O autor o dedica para contextualizar a aproximação do Direito Internacional e do Direito Interno, recorrendo, para tanto, aos propósitos da ONU e à promulgação da Constituição da República de 1988. A leitura que o autor

faz deste momento é de maturidade acadêmica ímpar. O autor se depara neste capítulo com uma análise aprofundada sobre a influência do neoconstitucionalismo na Constituição brasileira e a introdução de valores universais, com enfoque especial para os decorrentes da proteção dos Direitos Humanos.

Finalmente, após minuciosa contextualização do tema abordado, o terceiro Capítulo é dedicado a uma análise pormenorizada da relação observada entre o Direito Internacional e o Direito Interno. O autor descreve neste momento os vários elos de aproximação entre ambos, abordando a relação entre a proteção dos Direitos Sociais garantida em nível nacional e internacional e buscando evidenciar a influência do Direito Internacional sobre o Direito Interno neste rema.

Portanto, a obra é essencial para compreensão da importância do Direito Internacional para proteção nacional dos Direitos Sociais. A pesquisa elaborada e apresentada no livro pode auxiliar concretamente a compreensão sobre a relação entre o Direito Interno brasileiro e o Direito Internacional, bem como o papel fundamental do Direito Internacional na positivação de Direitos Humanos no âmbito nacional. O autor se compromete a demonstrar como ocorre e em qual grau pode ser verificada a influência do Direito Internacional no âmbito nacional e se esta é, ou não, fundamental para proteção dos Direitos Sociais no Brasil.

A estrutura do pensamento do Direito na contemporaneidade está se modificando a partir de um conjunto de transformações e o livro lança novo olhar na construção dos direitos sociais a partir da redefinição das fontes, propondo uma nova reflexão sobre mecanismo hermenêutico na aplicação dos Direitos Sociais, sendo leitura indispensável para aqueles que querem entender e absorver pensamento de vanguarda sobre o tema.

São Paulo, 30 de outubro de 2017.

WAGNER MENEZES

Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Livre-docente, Pós-doutor pela Universidade de Padova, Itália. Árbitro do tribunal do Mercosul, Presidente da Academia Brasileira de Direito Internacional (ABDI); Diretor da Sociedade Brasileira de Direito Internacional (SBDI).

APRESENTAÇÃO

É com muita satisfação que tenho a honra de apresentar à comunidade jurídica a presente obra “A ONU e a proteção de Direitos Sociais no Brasil”, do autor Ernesto Gomes Esteves Neto, Mestre recém egresso dos bancos das Arcadas de São Francisco, *alma mater* de outros tantos acadêmicos, professores, advogados e juristas de calibre do direito pátrio.

Nesse ponto, o histórico do autor em nada destoa do rigor e do brilhantismo franciscano que lhe é inerente, fato este que pude testemunhar, já nos idos do ano de 2011, por ocasião da passagem do neoacadêmico pelo Ministério Público Federal, instituição na qual milito há mais de vinte anos, tendo, desde então, presenciado a ascensão exponencial do outrora estudante e hoje Mestre. Digo isso sem contar das suas passagens pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, pela Presidência da República, pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e pela Prefeitura do Município de Araraquara, locais nos quais certamente o autor bebeu de suas experiências profissionais para aguçar seu faro acadêmico.

Com efeito, a presente obra é fruto da dissertação de mestrado do autor, que a desenvolveu entre os anos de 2014 e 2017, no programa de pós-graduação em Direito Internacional Público da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, e nela se encontram reflexões acerca da influência exercida pela Organização das Nações Unidas no processo de positivação dos Direitos Sociais no Brasil.

Neste livro, o autor salienta que existe motivação internacional para o incremento da proteção dos direitos sociais no Brasil, principalmente em decorrência de uma conjugação de fatores, quais sejam a abertura da Constituição brasileira de 1988 ao Direito Internacional e, por outro lado, a intensificação de uma agenda social por parte da Organização das Nações Unidas, a partir do final dos anos 80, concretizando sua vocação, enquanto organização internacional de caráter universal, que já podia ser pressentida desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, e desde os pactos de Direitos Civis e Políticos e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966, e, via de consequência, que encetou um maior diálogo das fontes no plano externo e doméstico.

Importante salientar, ainda, que a presente obra visa a demonstrar que existe uma relação entre uma causa internacional, associada à atuação da

Organização das Nações Unidas, e uma consequência nacional, associada ao processo de positivação de (novos) direitos – assim reconhecidos como sociais, sendo que o elemento catalisador dessa causa-efeito é a filosofia constitucional cooperativa adotada pela Constituição de 1988, em meio à globalização das relações jurídicas – advento da modernidade!

Nessa lógica relacional proposta pelo autor, é possível reconhecer, sem embargo, uma relação umbilical estabelecida entre a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, de 1989, e o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990; e também entre, de um lado, a Assembleia Mundial da ONU sobre o envelhecimento, de 1982, e a declaração de Princípios sobre o Envelhecimento da Assembleia Geral da ONU, de 1991; e de outro, no âmbito doméstico, a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei Federal nº 8.742/1993), a Lei da Política Nacional do Idoso (Lei Federal nº 8.842/1994) e o próprio Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10.741/2003). Isso sem contar na relação posta entre a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, de 2006, e o Estatuto da Pessoa com Deficiência brasileiro (Lei Federal nº 13.146/2015), que vai além da própria contextualização por inferência para, expressamente, referir-se à Convenção Internacional como seu elemento informador direto e imediato.

Ao fim e ao cabo, importa salientar que a associação proposta pelo autor não se esgota na análise dos marcos normativos propostos e é nesse ponto que sua obra sedimenta sua relevância, uma vez que aponta para o fato de que essa aproximação estabelecida entre a proteção internacional dos direitos humanos e a consequente positivação de direitos no âmbito interno dos Estados não se encerra apenas nos direitos sociais.

Mais do que isso – e aqui encerro esta apresentação reiterando meus votos de sucesso e de uma bela e longa trajetória jurídica ao novel escritor – trata-se, nas palavras lançadas pelo próprio autor em suas conclusões, de um polo metodológico para a compreensão – na esteira do que outrora propôs Philip Jessup sobre a transnacionalidade do Direito – da relação entre o próprio Direito Internacional e o Direito Interno, para além das já estéreis e superadas disputas entre o monismo e o dualismo jurídico, que por muito tempo ataram as discussões acadêmicas, subtraindo-lhes parte da crítica que é típica das ciências sociais aplicadas, dentre as quais se insere, evidentemente, a ciência jurídica.

São Paulo, 30 de outubro de 2017.

OSVALDO CAPELARI JÚNIOR

Procurador Regional da República da 3ª Região